



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ACTA N.º 14
MANDATO 2009/2013

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano dois mil e onze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma reunião da Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----

ORDEM DO DIA: -----

1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2011-04-29; -----
2. Comunicação de acumulação de funções do Membro da Assembleia Municipal de Valongo Vera Borges Lopes; -----
3. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: ---
 - 3.1. Relatório e Contas Consolidadas – 2010; -----
 - 3.2. Concurso público com publicação no jornal da União Europeia para fornecimento de gás propano a granel por um período de três anos; -----
4. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar e os Senhores Vereadores Maria da Trindade Morgado do Vale, Arnaldo Pinto Soares, José Afonso Teixeira Lobão, Luísa Maria Correia de Oliveira, José Joaquim da Silva Miranda, José Pedro Paupério Martins Panzina e João Ruas Moreira. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal, Alexandre Manuel da Silva Teixeira, António Jorge Duarte do Aido, António Marques Oliveira, Cristiano Roberto Bento Ribeiro, Diomar da Silva Ferreira dos Santos, Joaquim Jerónimo Pereira, Maria Conceição Ferreira Silva, Maria Fernanda Marques Pereira e Valdemar Costa Machado tendo sido substituídos, respectivamente, por José Eduardo Brandão Pereira, José Manuel Pereira, Rafael Duarte Ferreira Rafael, Fernando Santos Silva, Paulo da Rocha Gomes, Vera Lúcia Batista Matos, Pedro Filipe Dias Couto, Fernando Augusto Neves Cântara e Romeu João Pinto Costa. -----

Verificou-se a falta do Membro José Joaquim Moutinho Araújo, por motivo de doença, não tendo sido substituído. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu início à reunião, convidando para a Mesa a Deputado Elsa Maria Torres Carneiro para substituir o Segundo Secretário Joaquim Jerónimo Pereira.-----

A Senhora **Segunda Secretária Elsa Maria Torres Carneiro** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** concedeu a palavra aos Múncipes que pretendessem colocar alguma questão, não se tendo verificado intervenções por parte dos Múncipes, deu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que gostava de ser informado sobre o ponto de situação do Plano de Saneamento Financeiro; *para quando uma decisão do Tribunal de Contas em relação ao mesmo.* -----

Questionou a Câmara sobre o ponto de situação dos quatro estudos que estavam previstos no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro a *concessão das Águas, os parcómetros, a Vallis Habita e a macroestrutura*, pois havia um compromisso de, rapidamente, organizar esses procedimentos em termos de contratação dos serviços. -----

Depois, pretendia saber se a Câmara tem feito algumas *diligências com as finanças sobre a alteração prevista no IMI*, que está previsto no acordo com a Troika de alterar as regras do imposto municipal sobre imóveis. -----

Aquando da aprovação do Plano de Saneamento Financeiro sugeriram que a Câmara fornecesse informação sobre os factores, sobre os critérios de zonamento, tudo o que tem a ver com a forma como se cobra o imposto em Valongo, com o que o Executivo concordou. -----

Portanto, com o compromisso que foi assumido no plano de entendimento com a Troika torna-se inevitável discutir a questão do IMI, como é que a Câmara vai tratar o assunto. -----

De seguida *felicitou a Câmara pela adesão ao projecto da rede ibérica da máscara, que vai ficar sediada no concelho*, bem como gostaria de ter mais alguma informação, do que aquela que saiu nos jornais, para poderem saber um pouco mais, *de forma a poderem ajudar a projectar aquilo que têm, a festa das bugiadas e das mouriscadas, que é de facto uma festa impar.* -----

Continuou dizendo que no passado dia 15 de Junho foi alertado para o novo interesse no *aproveitamento hidroeléctrico da zona do Alto do Castelo*, um projecto que vem de 96, em 2000 houve concessão de uma licença de utilização de água, e tem vindo a fazer nos últimos dias vários contactos com a Administração Regional Hidrográfica, com a Agência Portuguesa do Ambiente e com a CCDR. -----

A licença de utilização de água ainda está em vigor, por 20 ou 25 anos, evidentemente que há direitos por parte do promotor, já não o inicial, mas um novo promotor. -----

Disse de seguida que foi procurar o que estava disponível para efeitos de consulta pública, e *fez um requerimento*, com conhecimento de todas as bancadas, *sobre o qual já obtiveram algumas respostas.* -----

O documento que está disponível através do site da Agência Portuguesa do Ambiente para o processo é um resumo, não técnico, relativo à reabilitação do Empreendimento do Alto do Castelo (Rio Ferreira) – *Aproveitamento Hidroeléctrico.* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Estão a falar de uma *intervenção em quatro moinhos, que pode gerar em média um gigawatt*. A notícia não é correcta pois diz que em Portugal se produzem 14 mil, o que não é verdade, o ano passado produziram-se 70 mil gigawatts, portanto é uma intervenção que em termos de peso é discutível, e não cria postos de trabalho. -----

Sobretudo, o que o preocupou e que deve preocupar a todos é que, nos últimos anos, (desde 96) houve a manifestação de interesse em aproveitar o rio; houve a concessão de um direito através de uma licença de utilização. Mas também houve, da parte da Câmara, um conjunto de passos muito importantes que foram dados. -----

Entretanto foi classificado parte daquele território como sítio da Rede Natura, foi criado o Parque Paleozóico, foi criada a área de paisagem protegida local e, no PDM há uma atenção especial, havendo declarações muito claras, muito peremptórias, por parte do Presidente da Câmara sobre a importância estratégica daquela zona. -----

Quando se lê documento que está para consulta pública (até ao dia 6 de Julho), apercebem-se que é uma intervenção que tem impactos de várias naturezas, não só na fase inicial como depois na fase de produção. -----

Um desses impactos, porventura o mais complicado é sobre o curso de água; estão a falar de um rio que tem pouco curso de água e que, no verão, há problemas com o caudal. -----

Teve oportunidade de falar com o técnico da EDP, especializado na matéria que lhe disse: "*para produzirem aquele nível de electricidade, de energia, basicamente têm que desviar permanentemente todo o caudal*" aliás, um dos efeitos perniciosos da política de tarifas é o incentivo que se dá aos proprietários das mini hídricas para produzirem energia em contínuo.....

E continuando disse : estamos a falar de uma zona, talvez a principal e que nos pode ajudar a reposicionar o concelho do ponto de vista turístico e económico, *o vale de Couce, toda a importância do rio, não só faunística, botânica, mas também na dimensão do património*. -----

Disse ainda que "*a determinada altura o estudo refere que de 130 ou 140 espécies se encontram apenas trinta e tal espécies no trabalho de campo*", mas também reconhece que isso pode acontecer porque aquele ambiente está degradado e, há ali uma oportunidade para recuperar aquele habitat. ----

Na sua opinião têm que tonar uma posição, pois nem sempre têm que dizer que sim só porque é um investimento. *Aquele investimento é uma variável e a ser feito naquela zona passa a ser feito uma variável que já não é controlada pela Câmara, é uma variável controlada por um operador privado*.

Esta questão já foi colocada em Conferência de Representantes, há uma semana, e o PS pretende propor uma recomendação à Câmara para que tome uma posição. A Câmara pode participar no processo de consulta pública e a própria Assembleia Municipal tomar também uma posição desfavorável ao documento. -----

A Câmara não tem nada a ver com o assunto; não sabe quanto é que pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

receber mas, neste caso deve ponderar essas variáveis, pois o investimento não interessa àquela zona, por ser algo que vai perturbar sobretudo o trabalho da Câmara. -----

Os representantes dos Grupos Municipais receberam uma missiva do Senhor Presidente da Câmara que diz taxativamente que a concretização do projecto, caso seja aprovado, poderá colocar em causa todo o trabalho desenvolvido no sentido de preservar, recuperar e valorizar o sítio Rede Natura de Valongo, e a área de paisagem protegida local da serra de Santa Justa e Pias, bem como a destruição do património natural existente. -----

Portanto, acha que estão reunidas as condições para a Assembleia e a Câmara participarem no processo de consulta pública, falou com o Vice-Presidente da Agência que o incentivou a fazê-lo, bem como devem mais entidades fazê-lo. Embora não sendo uma garantia para que possa ser travado, a *declaração de impacto ambiental se não for favorável* vai impedir que se avance com o projecto. -----

De seguida entregou à Mesa uma **Posição da Assembleia Municipal de Valongo sobre o procedimento de Consulta Pública do estudo de Impacte Ambiental do Empreendimento do Alto do Castelo (Rio Ferreira) – Aproveitamento Hidroeléctrico** anexa à presente acta como **Doc.1** e uma **Recomendação** anexa como **Doc.2**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Filipe Pinto Bandeira** começou por dizer que um dos pressupostos do Plano de Saneamento Financeiro é o fornecimento à população de informação sobre um conjunto de acções identificadas como vitais à sua execução, e *por mais que procure no site da Câmara não encontra nada*. -----

Também para além de informações vagas *não sabe como está a situação da aprovação do empréstimo pelo Tribunal de Contas*, lembrando que ao longo dos meses que se passaram toda a gente tem assistido ao que se tem passado no sistema financeiro, e sobretudo no que diz respeito ao financiamento das dívidas soberanas. -----

Disse de seguida que *do Plano de Saneamento Financeiro não fazia parte só o empréstimo, mas um conjunto de medidas de poupança, de restrição de gastos, e seria importante que os cidadãos pudessem ter informação atempada e continuada, dos esforços que o Executivo esta a fazer para a contenção dessas despesas*. -----

Terminou, dizendo que *gostaria de saber se em relação ao empréstimo que está para aprovação, se estão asseguradas as condições que vinham expressas no acordo de saneamento financeiro, nomeadamente em termos de spread, de prazo e de carências*. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Eduardo Filipe Monteiro Tavares Dias** começou por dizer que a sua intervenção vem na sequência da notícia que foi publicada na imprensa relativamente ao aproveitamento hidroeléctrico na zona do Rio Ferreira. -----
Fazendo suas muitas das palavras do Deputado José Manuel Ribeiro, acha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

que existe a oportunidade de obter um consenso entre todas as bancadas municipais, porque que todos os Grupos Municipais devem estar contra a execução do empreendimento; pelo menos é a posição do Grupo Municipal do PSD e do PS. -----

Dado o ponto de situação relativamente à Avaliação de Impacte Ambiental, o âmbito de intervenção da Câmara é limitado, uma vez que este já se encontra no âmbito da consulta pública. -----

Do resumo não técnico disponível onde os impactos do projecto, (e todos os empreendimentos têm impactos!), estes são significativos. *Há, no entanto, um aspecto importante não referido e que se prende com a questão do caudal ecológico que está previsto manter na sequência do empreendimento. No verão o promotor vai ter que tomar uma decisão: ou mantém a produção e corta o rio ou então deixa de ter o caudal mínimo e corta a produção, uma vez que o caudal no verão não será suficiente para ambas as situações.* -----

Disse de seguida que o Grupo Municipal do PSD preparou um pequeno documento que podiam trabalhar entre os Grupos Municipais relativamente à situação, em que no âmbito do processo de consulta pública, poderia traduzir a opinião de uma forma conjunta da Assembleia Municipal, em *que referisse que os impactes identificados são muito escassos, (as medidas para minimizar esses impactes na fase da construção, na fase da exploração e na fase de desactivação do empreendimento bem como as melhorias que se propõem parecem ser muito poucas).* -----

A principal melhoria que se prevê da construção conforme indicado no resumo não técnico é a remodelação dos moinhos, para além da estrutura que vai albergar a produção hidroeléctrica e a substituição da vegetação, mais nada. O Município e mais concretamente a Freguesia de Campo, não ganhará nada com isso. E, na sequência do posicionamento da Câmara que tem vindo a público de uma forma reiterada, quanto ao enquadramento a nível ambiental do Município e, na perspectiva das melhorias previstas, este projecto é altamente lesivo para o interesse dos seus munícipes. -----

Assim, propõe chegar-se a um consenso e elaborar um requerimento, a complementar o que foi apresentado, com as ideias que tinham previsto, e apresentar do ponto de vista formal a posição da Assembleia. Informalmente propõe a criação de um grupo de trabalho para acompanhar o processo. -----

Disse de seguida que a Câmara e as Associações locais têm a possibilidade de apresentar os seus argumentos relativamente ao empreendimento e, o melhor que poderá acontecer é serem tidas em consideração no projecto e sem prejuízo da sua aprovação. -----

Portanto, o Grupo Municipal do PSD propõe que se tomasse uma posição comum de forma a conseguir-se um requerimento com alguns argumentos já indicados, nomeadamente os impactes visuais tendo em conta a zona pedonal da área, a questão dos moinhos que vão ser recuperados e que não estão claros no estudo não técnico em análise. -----

E informou: o processo está numa segunda fase e já foi chumbado a nível de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

avaliação de impacte ambiental na primeira fase. Não sabem se o próprio estudo não estava detalhado suficientemente ou o empreendimento tinha algumas questões que pudessem ser levantadas, nomeadamente a questão principal do caudal. -----

Terminou dizendo: *não lhe parece, salvo opinião técnica mais fundamentada, que no verão haja caudal suficiente para sustentar a produção eléctrica e manter o caudal ecológico já que este é mantido como zona de passagem para a fauna, nomeadamente um pequeno percurso para os peixes poderem subir o rio. No resumo não técnico e em duas alturas diferentes são expressas larguras diferentes, o que lhe parece estar mal trabalhado* -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Campo Alfredo Costa Sousa** começou por dizer que relativamente ao empreendimento de requalificação do Alto de Castelo a Assembleia de Freguesia de Campo, no passado dia 14 de Junho discutiu o assunto em causa e pareceu-lhe que o documento do estudo de impacte ambiental está muito bem escrito, um documento "cor-de-rosa", parece que não há impacte ambiental a considerar, é um estudo não técnico, têm poucos dados técnicos para avaliar convenientemente a situação e, como disse, parece um estudo muito "cor-de-rosa", *não aparecem quase impactes ambientais negativos*. -----

Disse de seguida que durante o verão o Rio Ferreira não tem caudal suficiente, secando mesmo em *quase* toda a sua extensão. "Quase" porque a partir das descargas começa a existir caudal proveniente da ETAR. -----

Recordou que o ano passado, em Agosto, numa descarga da ETAR houve uma mortandade geral de peixes da zona da descarga até à zona de Couce e, segundo as explicações da Veólia, o rio não tinha caudal suficiente para absorver o caudal que vem da ETAR. -----

Em termos ambientais conhece bem a zona, e os impactes vão ser enormes; falamos de uma extensão de 500 metros em que o Rio Ferreira é semi selvagem, o que se deve considera um bem precioso e que devemos preservar para o futuro. -----

Na Assembleia de Freguesia e por consenso foi decidido que junto da Câmara Municipal de Valongo, se devia recolher toda a informação possível, no sentido de ser adoptada, em parceria com a Câmara uma posição comum relativamente à consulta pública. -----

De seguida disse que *na zona da Azenha há algumas movimentações de residentes no sentido de promoverem um abaixo-assinado para a destruição completa das barracas existentes do lado esquerdo da rua, e exigir o alargamento da referida rua*. Tem conhecimento que o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Valongo, tem trabalhado nessa área, inclusive já participou em algumas reuniões, mas *queria sensibilizar a Câmara no sentido do projecto avançar o mais rapidamente possível, tendo em conta que o investimento poderá não ser muito elevado, bem como ser necessário informar as pessoas residentes que carecem dessa informação*. -----

Depois, sobre a Rua das Póvoa e já que a Via Distribuidora está terminada,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

constituindo uma alternativa desejada, a Rua das Póvoas carece de saneamento público e está com o piso em muito mau estado. Relevou que é uma rua que dá acesso a Recarei, sendo importante para os munícipes de Campo que a Câmara Municipal encontre uma solução. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE Eliseu Filipe Pinto Lopes** fez a leitura de uma **Recomendação** que se anexa à presente acta como **Doc. 3**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** fez a leitura de uma **Moção** anexa à presente acta como **Doc.4** e de uma **Recomendação** anexa à presente acata como **Doc.5**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Campo Alfredo Costa Sousa** considera que é lamentável, a CDU usar o futuro Centro de Saúde de Campo para fazer politiquices/"jogadas políticas" nesta Assembleia Municipal. O protocolo do futuro Centro de Saúde de Campo com a ARS, foi assinado em Agosto de 2010, tendo sido convidada a Câmara Municipal de Valongo, bem como todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia de Campo. -----

Tem informação segura da ARS que brevemente vai ser feito um concurso para a execução do projecto do futuro Centro de Saúde. É este o modo de fazer política séria ou seja, ajudar para que as pessoas de Campo possam usufruir, o mais rapidamente possível, do futuro Centro de Saúde de Campo. Está certo que não existe nenhuma jogada política a considerar. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a *continuação do Período Antes da Ordem do Dia* no fim da **Ordem do Dia**, sendo aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto **1- Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2011-04-29**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com 24 votos a favor e 7 abstenções em virtude dos Deputados não terem estado presentes na referida reunião. -----

De seguida colocou à discussão o ponto **3.1. Relatório e Contas Consolidadas – 2010**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 12 votos a favor sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD e 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

Abstenções: 19 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PS, 6 abstenções do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto **3.2. Concurso público com publicação no jornal da União Europeia para fornecimento de gás propano a granel por um período de três anos**, não se tendo verificado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à apreciação o ponto **4. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto. -----

De seguida **foi dado continuidade ao Período Antes da ordem do Dia**. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** apresentou os seguintes documentos: -----

Voto de Congratulação anexo à presente acta como **Doc.6**. -----

Declaração anexo à presente acta como **Doc.7**. -----

Proposta anexo à presente acta como **Doc.8**. -----

Recomendação anexo à presente acta como **Doc.9**. -----

A Senhora **Vereadora Maria da Trindade Morgado do Vale** *começou por agradecer os parabéns que deram pelo PSD ter ganho as últimas eleições.* --

Disse de seguida que relativamente à intervenção do Deputado Adriano Ribeiro estão preocupados com todas as situações que lhes batem à porta diariamente com novas situações, nomeadamente pessoas que deixaram de pagar a sua casa ao banco e lhes estão a ser retiradas. Constituem novas situações que, a par de outras, estão a afligir mais a CMV. -----

Relativamente ao programa e quando soube de outros concelhos também quis trazer isso para Valongo, sendo feitas várias reuniões com bancos, mas é uma situação que não é compatível com os vencimentos das pessoas. Continuam a estudar, propondo até várias soluções para ver se pegavam nelas e se havia outras contrapartidas, porque as propostas não são de todo aliciantes pois um T2 por €:300,00 já há no mercado e não é preciso fazer qualquer tipo de contrato nem qualquer tipo de programa. -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares** começou por dizer relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro que em Maio do ano passado, fizeram a proposta, começaram os trabalhos e depois andaram longos e penosos meses até que finalmente (e só em Março) foi politicamente validado. *Em Abril foi enviado o contrato dos empréstimos e o processo do saneamento para o Tribunal de Contas, que o recepcionou no dia 11 de Abril, e que em 5 de Maio o processo foi devolvido com questões colocadas pelo Tribunal de Contas as quais já foram respondidas.* -----

As questões que foram colocadas prendem-se essencialmente com a diferença que é levantada entre a dívida titulada e os compromissos assumidos, já que só se pode incluir no rol das dívidas a dívida titulada e vencida. Mas, entretanto na contabilidade para além de dívida titulada e não vencida há também os compromissos. -----

Portanto esse diferencial foi questionado e teve que ser explicado ao Tribunal de Contas. Em 12 de Maio foi dada resposta e recebido no dia 17 de Maio no Tribunal de Contas. No dia 26 o Tribunal de Contas voltou a colocar duas questões, uma delas relacionada com *uma data do contrato* da Caixa Geral



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

de Depósitos, que era apenas um erro de data. -----
Pediram à Caixa Geral de Depósitos para corrigir essa data mas, entretanto, a Caixa Geral de Depósitos disse que as condições se alteraram por completo. Quando assinaram o contrato o juro estava a 6%, e tinham conseguido um spread de 3,9, hoje está a 15%. -----
Portanto as condições alteraram-se e vão responder ao Tribunal de Contas uma parte da questão que é colocada relativamente ao contrato com a Caixa Geral de Depósitos, que estão a aguardar. Ninguém colocou até ao momento a questão da continuidade dos contratos; *eventualmente haverá alteração do clausulado do contrato, que quando vier será discutido entre todos.* -----
Disse de seguida que isso não impede que não estejam já a trabalhar naquilo que são as medidas que foram lá colocadas. Em termos de energia *há em 100 PT, e brevemente contam colocar em mais 100 PT, relógios astronómicos* que fazem uma actualização automática e acendem as luzes mais tarde e mais cedo, estão a fazer *cortes selectivos a partir de determinada hora em alguns locais de 1/3 da iluminação, está a ser preparada a possibilidade de uma candidatura à eficiência energética com a colocação de reguladores de fluxo, na ordem de 1 milhão de euros, participada em 85%, onde se prevê uma economia na ordem de 20%.* ----
Em termos de transportes escolares analisaram os recursos de que a Câmara dispõe, e que é possível utilizar nos transportes escolares, e *vão contratualizar os transportes escolares só para uma freguesia, o que permitiu passar um contrato de cerca de 220 mil euros para 47 mil euros.* -----
Relativamente ao processo de seguros *há indicações que podem estar a ter uma poupança na carteira de seguros na ordem dos 40% a 45%.* -----
Na administração directa, obras, cultura, acção social, há todo um conjunto de actividades que visam a utilização de recursos próprios e não recorrer a meios externos. -----
Portanto está-se a trabalhar no sentido de controlar custos. Também é um facto de que as receitas estão a diminuir. Tenta-se controlar os custos mas as receitas, eventualmente, vão descer ao mesmo ritmo com que conseguimos fazer descer os custos. -----
Tudo está a ser analisado e, em simultâneo, estão a ser preparados documentos para toda a informação ser colocada, depois de validada pelo Senhor Presidente e pela Câmara, no site do Município.-----
Relativamente ao saneamento financeiro estão preocupados, mas *esperam chegar a bom porto. Até esta altura e dado um conjunto de circunstâncias, (estão a falar em 25 milhões de euros), não terá sido um processo fácil e muito menos rápido, mas têm esperança que tudo se resolva.* -----
Quanto às auditorias existe um plano de trabalho que terá que ser discutido, um conjunto de objectivos de auditoria que terão que ser discutidos com outras forças políticas, e nesta altura é mesmo elaborar o caderno de encargos. -----
Sobre a questão do IMI, têm uma súmula das medidas do programa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

assistência financeira que terão um impacto na administração local, desde as publicitações, rever estrutura tarifária das empresas públicas de modo a diminuir o grau de subsidiação, inclusive a diminuição de 2% a nível local e regional, do número de trabalhadores. -----

Portanto têm um conjunto de medidas que terão que implementar, mas que irá sair legislação. Ainda agora surgiram; está toda a gente a amadurecer, a leitura antes de trabalhar nessas medidas e, com certeza terão que as implementar o mais rapidamente possível no que à CMV disser respeito. -----

Sabe-se que do IMI, ainda não há nada de concreto. Das medidas que estão previstas terão que ser fruto de legislação específica. Aliás, o próprio IMI estava a ser revisto dado um determinado contexto do mercado imobiliário; depois, fruto da crise essa revisão foi de alguma forma suspensa ou seja, *tudo aquilo que fosse agravamento foi suspenso, o que foi benefício avançou, e aquilo que estava igual manteve-se.* -----

Disse ainda que todas as componentes do IMI e do IMT vão ser analisadas e tudo aquilo que tenha implicações, ou que dependa de decisões políticas, será partilhado com todos; estão a tentar compreender a questão dos coeficientes e do zonamento para partilhar. -----

Relativamente à *Rua das Póvoas* vão elaborar um projecto e tentar arrancar o mais rapidamente possível; relativamente ao Rio Ferreira, a ETAR de Campo foi aprovado o projecto da ETAR de Campo, estão a falar de 8,5 milhões de euros vai ter uma comparticipação superior a 5 milhões, portanto *esperam em finais de 2013 ter em Campo uma ETAR de terceira geração a funcionar em pleno.* -----

Quanto ao acesso na rua Central da Ribeira é uma questão de sinalização e de segurança, já lhes tinham levantado a questão, já colocamos à concessionária e eles ficaram de analisar. -----

Relativamente aos parquímetros é um assunto que vai ser fruto de auditoria e que vai ser realizado um estudo externo. -----

Relativamente à PSP não têm nada a ver com a PSP, se estão a fazer a fiscalização é a pedido da concessionária e no âmbito do Código da Estrada, não tem nada a ver com a Câmara Municipal, nem tem qualquer custo para a Câmara Municipal o trabalho que a PSP está a fazer. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** disse que relativamente à intervenção do Deputado Adriano Ribeiro a *Segurança Social até hoje tem cumprido religiosamente com os acordos que tem feito com as instituições, agora não podem dizer é que aquilo que contribui é suficiente para manter as instituições em bom nível económico.* ---

Em relação às listas de espera é uma forma subjectiva de ver as situações, não podem confundir um lar de acolhimento de idosos, (em que a residência passará a ser a residência dos idosos), com hospitais. Infelizmente a maior parte das vezes, quando aparecem interessados em ser acolhidos nos lares, já estão em condições que os lares não têm capacidade técnica capaz de lhes dar um acolhimento condigno e por isso veem-se na necessidade de recusar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No seu *entender* é necessário criar valências para acolher acamados e dependentes, porque a rede de cuidados continuados é insuficiente para acolher todos os carenciados que existem. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação o **Voto de Congratulação** anexo à presente acta como **Doc.6** sendo admitido por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado do grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** disse que estão perante a apresentação de um Voto de Congratulação pela eleição de Assunção Esteves para Presidente da Assembleia da República.

O Voto de Congratulação em determinadas linhas refere que no passado dia 21 de Junho fez-se história em Portugal, com a eleição de Assunção Esteves como Presidente da Assembleia da República, mas crê que não se fez só história sobre isso, também se fez história sobre outras coisas como pela primeira que na Assembleia da República foi rejeitado um candidato desde 1976. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação o Voto de Congratulação anexo à presente acta como Doc. Sendo **aprovado por maioria** com **30 votos a favor e 1 abstenção do Deputado José Filipe Pinto Bandeira**. -----

De seguida colocou à admissão a **Moção** anexa à presente acta como **Doc.4** sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** disse que o PSD se não fosse a situação que o país vive votaria de inteiro agrado o teor da Moção, mas, dada a situação conhecida de todos não o podem fazer. -----

Não o pode fazer até porque há várias contradições, uma delas começa por dizer que há o aumento do desemprego, é um facto, a precariedade, é um facto, mas se há aumento de desemprego há menos utilizadores de transportes públicos. -----

Disse de seguida que gostava que o proponente dissesse se das carreiras que os transportes colectivos pensam eliminar quantas pessoas é que as utilizam dentro desses horários. -----

Não podem esquecer que muitos, ao longo dos últimos anos, têm acusado os vários Governos do imenso sorvedouro de verbas do Estado para as empresas de transporte público. (CP, os transportes colectivos, todas elas.!) Pretender que um autocarro de transportes colectivos sirva apenas para transportar, uma, duas ou três pessoas, numa determinada viagem, pensa que é demasiado, e o país não vive uma situação que possa permitir uma situação dessas. -----

Portanto vão votar contra precisamente por causa da situação que se vive. --- Quando: "*recomendar ao Governo e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República que procedam ao pagamento célere da indemnizações compensatórias*", uma contradição, porque efectivamente é o dinheiro de todos que está a pagar essas situações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que o PS, quer na Assembleia quer na Câmara, através dos seus Vereadores, por várias vezes falou no assunto ligado às carreiras dos STCP; *pessoalmente teve alguma dificuldade em perceber algumas decisões nos últimos anos dos STCP.* -----

Neste momento o problema não é mais complicado, não é mais complexo, porque a lei não diz algo muito simples; *não diz que os serviços públicos são serviços públicos essenciais.* -----

Disse de seguida que há muita gente da zona da Quinta da Lousa que não vota porque não tem transporte para ir para a escola. -----

Portanto quando analisam a fundo a questão da mobilidade têm que perceber todas as suas implicações. -----

Se fosse um serviço público essencial, e o que caracteriza o serviço público essencial, o direito à acessibilidade, portanto a questão nem se quer se punha, os STCP não podiam suprimir a ligação. -----

Outra questão importante é analisar de forma racional a rede que serve a população, porque têm que perceber, porque nos tempos difíceis que estamos a atravessar, e que provavelmente vão ser ainda mais complicados, têm que perceber como é a questão da acessibilidade, da mobilidade, porque há pessoas que não têm veículo próprio e não podem ser impedidos de se deslocarem, não podem ser condenados só porque são desempregados ou têm menos dinheiro a ficar em casa. -----

A questão deve ser analisada com muita seriedade. De que forma é que parte da população tem ou não tem acesso a uma rede de transportes, porque se não estão a condenar parte dos concidadãos à exclusão. -----

Disse de seguida que alguns concidadãos que vivem em empreendimentos de habitação social não têm acesso a rede de transportes: há muitos idosos neste momento no concelho de Valongo, que estão pura e simplesmente condenados a não sair de casa. -----

Continuou dizendo que *vão viabilizar a Moção, concordam com a preocupação que ela tem subjacente, mas os Grupos Parlamentares da Assembleia não têm nenhum papel na questão das indemnizações, é uma questão do Governo.* -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** começou por dizer que concorda com a intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro fez. -----

Disse de seguida que não tem dados sobre quantas pessoas viajam nos autocarros. -----

Crê que os cortes foram decididos sem se dar uma explicação e, no seu entender, até a Câmara deveria conhecer; como dizem na Moção as significativas alterações à rede pública de autocarros no concelho de Valongo não foram precedidas de qualquer posição pública da Câmara Municipal sobre as mesmas, o que pressupõe que a edilidade as ignoraria, e acha que

as deveria conhecer. -----
Em relação à recomendação de manifestar ao Governo e à Assembleia da República, o que se passa é que o Governo não cumpre, e como não cumpre obriga a que os STCP contraiam empréstimos particulares e se vá afundando cada vez mais. O objectivo é a destruição dos serviços públicos, para quê? Para a privatização. -----

Terminou dizendo que *a Assembleia da República não pode pagar, mas pode apelar.* -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau** disse que a Câmara não foi, mas as Juntas de Freguesia interessadas foram informadas. -----

Relativamente a Alfena os pontos 4, 5 e 6 não têm a ver com Alfena e o ponto 7 tem a ver com Alfena, mas o que lá está não é rigorosamente verdade, é exactamente o contrário. -----

A antecipação do horário de término das carreiras regulares de 1 hora para as 0 horas, é exactamente o contrário, no caso de Alfena, na carreira para a Codiceira foi abolida a carreira da madrugada, mas foi aumentada a carreira nocturna mais uma hora e antecipada a carreira da manhã uma hora, *o único momento que não ficou coberto foi entre a uma e as cinco da manhã, portanto a que terminava à meia-noite passou a terminar à uma e a que iniciava às seis passou a iniciar às cinco.* -----

Como Presidente de Junta gostaria que houvesse autocarros durante a madrugada de 5 em 5 minutos, para se alguém quisesse ir tomar café ao Porto e tornar a vir sem perder tempo; agora nas circunstâncias económicas em que estão será exigir demais quando no caso de Alfena a carreira tinha *uma frequência mensal entre as duas e as cinco da manhã, (o espaço que ficou sem cobertura), de dezassete pessoas, 1/2 pessoa por dia, racionalmente não teve muita coragem de exigir mais.* -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho** começou por dizer que no dia 15 de Julho reuniu com os STCP, que tiveram o cuidado de lhe mostrar os números. -----

Disse de seguida que muitas das vezes têm a pretensão de achar que representam a vontade da população. *Em Ermesinde agendou uma reunião extraordinária, abrindo um precedente, colocou um Edital em todas as paragens que iam ser suprimidas durante o horário nocturno e madrugada, e não apareceu ninguém nessa reunião, além de dois elementos do Conselho de Administração dos STCP, a quem pediu para que estarem presentes para prestarem esclarecimentos.* -----

Isto quer dizer pelo facto de haver a redução de oferta não diz muito à população, estão a falar às vezes de um passageiro por noite, e enquanto contribuinte, compreende que fica mais barato pagar um táxi àquelas pessoas durante aquele percurso. *Porem, enquanto Presidente de Junta deseja que as necessidades dos seus fregueses sejam satisfeitas.* -----
Disse de seguida que houve um pedido por parte do Município para haver o

prolongamento da rede do 705 até à escola do Valado, e esse assunto está a ser estudado. Aliás, na reunião em que não apareceu população aproveitou a oportunidade do Conselho de Administração estar na Junta de Freguesia para lhes colocar essas questões, e está a ser estudada a possibilidade do alargamento. -----

Também falou que uma vez que o ambulatório do Hospital de S. João passou a ser servido pelo Hospital de Valongo haveria, eventualmente, a necessidade de reforçar os horários. Para tal eles teriam de ver o número de passageiros em determinados horários, o que eles conseguem, com os andantes e o sistema electrónico, perceber onde é que cada pessoa entra e sai, e onde é que há mais pessoas e o percurso. -----

É verdade que vão ficar com três ou quatro horas de redução durante um período, em que praticamente não existem passageiros, e os poucos que existem tiveram a oportunidade de esclarecer as suas dúvidas e mostrar a sua contestação e não o fizeram. -----

Por parte dos STCP o prolongamento da meia-noite à uma, ou da uma às duas, foi feito tendo em consideração o número de pessoas que trabalham nos Centros Comerciais e não têm alternativa de transporte. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** começou por dizer que aquilo que tinha a dizer já foi dito, e foi suficientemente esclarecido pelas intervenções dos Presidentes de Junta de Alfena e Ermesinde, que falaram sobre o que o proponente da Moção não conseguiu esclarecer. -----

Disse de seguida que o Deputado José Manuel Ribeiro passou na sua intervenção 1/10 do tempo a falar sobre o problema da Moção, o resto vagueou por situações que nada têm a ver com o teor da Moção. Mas o tempo que perdeu a falar da Moção foi suficiente para analisar que se a Moção tivesse aparecido há dois meses atrás a posição do Deputado era completamente diferente. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a **Moção** anexa à presente acta como **Doc.4** sendo **reprovada por maioria** como Voto de Qualidade do Presidente da Assembleia Municipal, sendo a votação a seguinte: -----

Votos a Favor: 12 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Votos Contra: 12 votos contra, sendo: 10 votos do grupo Municipal do PSD e 2 votos do Grupo municipal do CDS/PP. -----

Abstencões: 7 abstencões, sendo: 6 abstencões do Grupo Municipal Coragem de Mudar e 1 abstencão do presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

De seguida informou que a **Posição da Assembleia Municipal de Valongo sobre o procedimento de consulta pública do estudo de impacte ambiental do empreendimento do Alto do Castelo (Rio Ferreira) – aproveitamento hidroeléctrico**, anexa à presente acta como **Doc.1** foi

retirada pelo Grupo Municipal do PS. -----
Colocou de seguida à votação a admissão a **Recomendação** anexa à presente acta como **Doc.2** sendo **admitida por unanimidade**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocada à votação e **aprovada por maioria**, com a seguinte votação: -----
Votos Favor. 18 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PS, 5 votos do grupo Municipal Coragem do Mudar, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta de Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----
Abstencões: 13 abstencões, sendo: 10 abstencões do Grupo Municipal do PSD, 2 abstencões do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstencão do Grupo Municipal Coragem de Mudar. -----
Seguidamente colocou à votação a admissão a **Recomendação** anexa à presente acta como **Doc.3** sendo **admitida por unanimidade**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----
Colocou de seguida à votação a admissão a **Recomendação** anexa à presente acta como **Doc. 5** sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----
De seguida colocou à admissão a **Proposta** anexa à presente acta como **Doc.9** sendo **admitida por unanimidade** não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovada por unanimidade**. -----
Seguidamente colocou à admissão a **Proposta** anexa à presente acta como **Doc.8** sendo **admitida por unanimidade** não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovada por unanimidade**. -----
Colocou de seguida à votação a **aprovação em Minuta dos pontos 3.1 e 3.2, sendo aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão.
Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____

Posição da Assembleia Municipal de Valongo sobre o procedimento de Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Empreendimento do Alto do Castelo (Rio Ferreira) – Aproveitamento Hidroeléctrico

Tendo presente o facto de se encontrar em fase de consulta pública até ao próximo dia 6 de Julho de 2011, para efeitos de avaliação do impacto ambiental, o empreendimento hidroeléctrico do Alto do Castelo, situado na Freguesia de Campo;

Tendo em consideração a reduzida e incompleta informação disponível sobre o referido projecto, conforme reconhecido pela Informação da Câmara Municipal de Valongo, nº 174/DPA/2011, o que não se compreende face importância estratégica desta parcela para o futuro do Concelho de Valongo, conforme declarações políticas do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal aquando do processo de criação da Área de Paisagem Protegida Local;

Tendo presente o forte parecer negativo do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valongo, vertido na circular nº 96/DPA/2011, de 16 de Junho de 2011, que refere que “ a concretização deste projecto, caso seja aprovado poderá colocar em causa todo o trabalho desenvolvido no sentido de preservar, recuperar e valorizar o Sítio Rede Natura “Valongo” e Área de Paisagem Protegida Local – Serra de Santa Justa e Pias e a destruição do património natural existente”;

Tendo em consideração a crescente importância desta área, quer com a atribuição do estatuto de Sítio de Importância Comunitária PTCON0024, no âmbito da Rede Natura 2000, complementado e reforçado com a criação da Área de Paisagem Protegida Local, quer com a criação do Parque Paleozóico, envolvendo a participação de reputadas instituições científicas da área, quer mais recentemente a iniciativa “Corrente Rio Ferreira”;

Tendo presente o princípio da protecção, por força do qual importa desenvolver uma efectiva salvaguarda dos valores mais significativos do nosso património natural, designadamente dos presentes nas áreas classificadas e sensíveis, como é o caso da zona em causa;

Tendo em consideração que a avaliação de impacte ambiental é um instrumento de carácter preventivo da política do ambiente, sustentado na realização de estudos e consultas, com efectiva participação pública e análise de possíveis alternativas, que tem por objecto a recolha de informação, identificação e previsão dos efeitos ambientais de determinados projectos, bem como a identificação e proposta de medidas que evitem,

PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

minimizem ou compensem esses efeitos, tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução de tais projectos e respectiva pós-avaliação;

Tendo presente que a consulta pública é um procedimento compreendido no âmbito da participação pública e regulado nos termos do presente diploma que visa a recolha de opiniões, sugestões e outros contributos do público interessado sobre cada projecto sujeito a Avaliação de impacte ambiental;

Tendo em consideração que o estudo de impacte ambiental é um documento elaborado pelos proponentes no âmbito dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, que deve conter entre outros a identificação e avaliação dos impactes prováveis, positivos e negativos, que a realização dos projectos poderão ter no ambiente, bem como a evolução previsível da situação de facto sem a realização dos projectos, bem como as medidas de gestão ambiental destinadas a evitar, minimizar ou compensar os impactes negativos esperados;

Tendo presente que o impacte ambiental é o conjunto das alterações favoráveis e desfavoráveis produzidas em parâmetros ambientais e sociais, num determinado período de tempo e numa determinada área, resultantes da realização de um projecto, comparadas com a situação que ocorreria, nesse período de tempo e nessa área, se esse projecto não viesse a ter lugar;

Tendo em consideração que todos somos público interessado, enquanto titulares de direitos subjectivos ou de interesses legalmente protegidos, no âmbito das decisões tomadas no procedimento administrativo de Avaliação de Impacte Ambiental, bem como todos os cidadãos directamente afectados ou susceptíveis de serem afectados por essas decisões, designadamente as organizações não governamentais de ambiente;

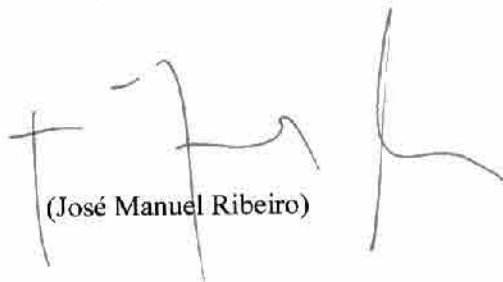
Tendo presente que só existe a obrigatoriedade de uma avaliação de impacte ambiental porque o projecto em causa produz efeitos significativos no território em causa, não se conhecendo com pormenor a descrição e hierarquização dos impactes ambientais significativos, quer efeitos directos e indirectos, secundários e cumulativos, a curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, decorrentes do projecto e das alternativas estudadas, resultantes da existência do projecto, da utilização dos recursos naturais, da emissão de poluentes, da criação de perturbações e da forma prevista de eliminação de resíduos e de efluentes, indicando os métodos de previsão utilizados para avaliar os impactes previsíveis, bem como da respectiva fundamentação científica,

A Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 27 de Junho de 2011, delibera uma posição desfavorável ao Empreendimento do Alto do Castelo (Rio Ferreira) – Aproveitamento

Hidroeléctrico, à luz da importância estratégica enquanto Sítio Natura, Parque Paleozóico e Área de Paisagem Protegida Local.

Valongo, 27 de Junho de 2011

Grupo Municipal do Partido Socialista


(José Manuel Ribeiro)

Recomendação

Tendo presente o facto de se encontrar em fase de consulta pública até ao próximo dia 6 de Julho de 2011, para efeitos de avaliação do impacto ambiental, o empreendimento hidroeléctrico do Alto do Castelo, situado na Freguesia de Campo;

Tendo em consideração a reduzida e incompleta informação disponível sobre o referido projecto, conforme reconhecido pela Informação da Câmara Municipal de Valongo, nº 174/DPA/2011, o que não se compreende face importância estratégica desta parcela para o futuro do Concelho de Valongo, conforme declarações políticas do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal aquando do processo de criação da Área de Paisagem Protegida Local;

Tendo presente o forte parecer negativo do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valongo, vertido na circular nº 96/DPA/2011, de 16 de Junho de 2011, que refere que “ a concretização deste projecto, caso seja aprovado poderá colocar em causa todo o trabalho desenvolvido no sentido de preservar, recuperar e valorizar o Sítio Rede Natura “Valongo” e Área de Paisagem Protegida Local – Serra de Santa Justa e Pias e a destruição do património natural existente”;

Tendo em consideração a crescente importância desta área, quer com a atribuição do estatuto de Sítio de Importância Comunitária PTCON0024, no âmbito da Rede Natura 2000, complementado e reforçado com a criação da Área de Paisagem Protegida Local, quer com a criação do Parque Paleozóico, envolvendo a participação de reputadas instituições científicas da área, quer mais recentemente a iniciativa “Corrente Rio Ferreira”;

Tendo presente o princípio da protecção, por força do qual importa desenvolver uma efectiva salvaguarda dos valores mais significativos do nosso património natural, designadamente dos presentes nas áreas classificadas e sensíveis, como é o caso da zona em causa;

Tendo em consideração que a avaliação de impacte ambiental é um instrumento de carácter preventivo da política do ambiente, sustentado na realização de estudos e consultas, com efectiva participação pública e análise de possíveis alternativas, que tem por objecto a recolha de informação, identificação e previsão dos efeitos ambientais de determinados projectos, bem como a identificação e proposta de medidas que evitem, minimizem ou compensem esses efeitos, tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução de tais projectos e respectiva pós-avaliação;

Tendo presente que a consulta pública é um procedimento compreendido no âmbito da participação pública e regulado nos termos do presente diploma que visa a recolha de opiniões, sugestões e outros contributos do público interessado sobre cada projecto sujeito a Avaliação de impacte ambiental;

Tendo em consideração que o estudo de impacte ambiental é um documento elaborado pelos proponentes no âmbito dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, que deve conter entre outros a identificação e avaliação dos impactes prováveis, positivos e negativos, que a realização dos projectos poderão ter no ambiente, bem como a evolução previsível da situação de facto sem a realização dos projectos, bem como as medidas de gestão ambiental destinadas a evitar, minimizar ou compensar os impactes negativos esperados;

Tendo presente que o impacte ambiental é o conjunto das alterações favoráveis e desfavoráveis produzidas em parâmetros ambientais e sociais, num determinado período de tempo e numa determinada área, resultantes da realização de um projecto, comparadas com a situação que ocorreria, nesse período de tempo e nessa área, se esse projecto não viesse a ter lugar;

Tendo em consideração que todos somos público interessado, enquanto titulares de direitos subjectivos ou de interesses legalmente protegidos, no âmbito das decisões tomadas no procedimento administrativo de Avaliação de Impacte Ambiental, bem como todos os cidadãos directamente afectados ou susceptíveis de serem afectados por essas decisões, designadamente as organizações não governamentais de ambiente;

Tendo presente que só existe a obrigatoriedade de uma avaliação de impacte ambiental porque o projecto em causa produz efeitos significativos no território em causa, não se conhecendo com pormenor a descrição e hierarquização dos impactes ambientais significativos, quer efeitos directos e indirectos, secundários e cumulativos, a curto, médio e longo prazo, permanentes e temporários, positivos e negativos, decorrentes do projecto e das alternativas estudadas, resultantes da existência do projecto, da utilização dos recursos naturais, da emissão de poluentes, da criação de perturbações

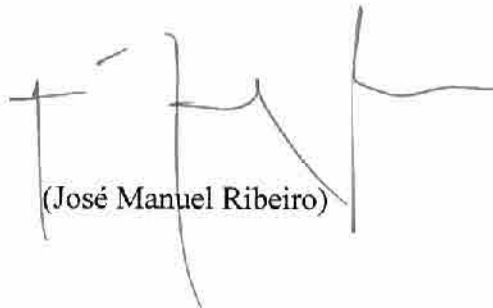
PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

e da forma prevista de eliminação de resíduos e de efluentes, indicando os métodos de previsão utilizados para avaliar os impactes previsíveis, bem como da respectiva fundamentação científica,

A Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 27 de Junho de 2011, delibera recomendar à Câmara Municipal de Valongo a participação no processo de Consulta Pública, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente, através de uma posição desfavorável ao referido projecto de aproveitamento hidroeléctrico no Alto do Castelo, devidamente fundamentada e à luz da importância estratégica enquanto Sítio Natura, Parque Paleozóico e Área de Paisagem Protegida Local.

Valongo, 27 de Junho de 2011

Grupo Municipal do Partido Socialista


(José Manuel Ribeiro)



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Valongo

Doc. 3

Recomendação

Pela adesão do município de Valongo ao “Pacto de Autarcas”

Em 9 de Março de 2007 a União Europeia comprometeu-se a reduzir as suas emissões de CO2 em 20% até 2020, através do aumento de 20% da eficiência energética e da quota de 20% das fontes de energia renováveis no cabaz energético da Europa.

a Comissão Europeia avançou em Janeiro de 2008 com a iniciativa “Pacto de Autarcas”, já que muitas das acções em matéria de eficiência energética e fontes de energia renováveis necessárias para enfrentar as alterações climáticas são da esfera de competência do poder local ou não são concretizáveis sem o seu apoio.

Até à data mais de duas mil cidades/regiões europeias formalizaram aquele compromisso. Em Portugal são cerca de 50 os municípios que já subscreveram o “Pacto de Autarcas”. A adesão a este compromisso para as energias sustentáveis locais exige o cumprimento dum conjunto de requisitos, como a elaboração dum inventário de referências das emissões de CO2 e a apresentação no prazo de um ano dum plano de acção em matéria de energia sustentável, para além da mobilização da sociedade para a participação no desenvolvimento daquele plano.

Dada a grande exigência destes requisitos, só os municípios com elevada consciência ambiental e estruturas adequadas, como Agências de Energia, terão as condições para cumprir integralmente os requisitos constantes do “Pacto de Autarcas”. A adesão do município de Valongo à Agência de Energia do Porto aumentaria a possibilidade de Valongo se poder juntar às cidades europeias que já formalizaram aquele compromisso.

Assim, e tendo em conta a profunda melhoria na situação ambiental do concelho que decorrerá da subscrição do compromisso para as energias sustentáveis locais, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em 27 de Junho de 2011, **RECOMENDA** ao Executivo camarário

- que inicie os procedimentos necessários para a adesão do Município de Valongo à Agência de Energia do Porto (AdEP), visando a assinatura, no ano de 2012, do “Pacto de Autarcas” da União Europeia.

Pel' O Bloco de Esquerda



Em defesa dos transportes públicos no concelho de Valongo

Moção

A somar às reestruturações profundas assentes em critérios economicistas feitas nos últimos anos com o objectivo privatizar a prazo os sectores rentáveis da empresa, a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) anunciou a concretização de um número significativo de cortes na sua oferta de autocarros.

No fundamental, os cortes mais recentes incidem na rede nocturna e na rede da madrugada e afectam carreiras que servem diversas freguesias do concelho de Valongo, implicando, em particular:

4. O fim da carreira 6M (Aliados-Codiceira);
5. O término da carreira 5M na Estação de Ermesinde, com fim da ligação à zona da Travagem;
6. O término da carreira 7M em Valongo, com fim da ligação a Campo;
7. Antecipação do horário de término das carreiras regulares da 1 hora para as 0 horas.

Registe-se que estas significativas alterações à rede pública de autocarros no concelho de Valongo não foram precedidas de qualquer posição pública da Câmara Municipal de Valongo sobre as mesmas, o que pressupõe que a edilidade as ignoraria.

Importa notar que estes cortes na oferta da STCP acontecem num contexto de agravamento da situação económica e social, de aumento do desemprego, de aumento da precariedade laboral, de aumento da pobreza e em simultâneo com cortes em prestações sociais e outros serviços públicos, com aumentos nos combustíveis e com a introdução de portagens nas ex-SCUT. O actual contexto, pelos motivos expostos, aconselha à melhoria, à expansão e à aplicação de critérios sociais na definição dos trajectos e dos preços dos transportes públicos. As medidas concretizadas pela empresa, em tudo, apontam no sentido contrário.

Em defesa dos transportes públicos e dos interesses das populações, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 27 de Junho de 2011, delibera:

Manifestar ao Governo, ao Conselho de Administração da STCP e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República a sua discordância com a concretização de uma política com critérios exclusivamente economicistas na gestão da STCP;

- Manifestar ao Governo, ao Conselho de Administração da STCP e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República o seu desacordo com os cortes nas redes nocturna e de madrugada, tendo em conta as consequências negativas para as populações;
- Recomendar ao Governo e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República que procedam ao pagamento célere das indemnizações compensatórias em falta à STCP, assim como ao aumento do seu valor, dando cumprimento aos compromissos assumidos e reforçando as condições da empresa para melhorar os seus serviços;
- Recomendar à Câmara Municipal de Valongo uma tomada de uma posição pública contra a redução da oferta de autocarros da STCP que agora se concretiza e a favor das adequações indispensáveis à melhoria dos serviços de transportes públicos prestados por esta empresa no concelho de Valongo.

Valongo, 27 de Junho de 2011

O Eleito da Coligação Democrática Unitária

Adriano Nóbrega



Recomendação

A freguesia de Campo, no concelho de Valongo, tem uma parte significativa da sua população que não é servida por transportes públicos, que é a residente na zona da Ribeira e Pinheiro Manso.

Durante muito tempo, a argumentação para a não satisfação desta necessidade através de transporte rodoviário foi a falta de condição das vias, a par da falta de vontade das empresas privadas que operam próximo daquela zona.

Actualmente, dada a alteração das acessibilidades no local, cremos que existem as condições mínimas para que os serviços de transportes públicos rodoviários, designadamente a STCP, possam satisfazer este importante anseio daquelas populações.

Bastará, para tal, que a linha 94 se prolongue cerca de três quilómetros, da actual localização do seu término, em Campo, até à zona em causa. Dessa forma, sairá grandemente facilitada a deslocação daquelas populações aos principais centros (concelhio e distrital), onde trabalham e estudam muitos dos seus membros.

Na medida em que esta questão merece o empenhamento dos órgãos autárquicos, propõe-se:

Recomendar à Câmara Municipal de Valongo que tome em mãos as diligências necessárias para a solução deste problema.

Valongo, 27 de Junho de 2011

O Eleito da Coligação Democrática Unitária

Da parte da CDU, haverá total disponibilidade para, se necessário, complementar com mais pormenores os fundamentos desta recomendação.

Adriano Ribeiro



municipal
(Grupo ~~Metropolitano~~ do PSD)

VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA ELEIÇÃO DE ASSUNÇÃO ESTEVES PARA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Ex.º Sr. Presidente da Mesa de Assembleia e restantes membros

Ex.º Sr. Presidente da Junta Metropolitana

Ex.º Sr. Presidente da Comissão Executiva Metropolitana

Caros deputados e público aqui presente

No passado dia 21 de Junho, fez-se história em Portugal com a eleição de Assunção Esteves como presidente da Assembleia da República – é a primeira mulher a ocupar o segundo lugar da hierarquia portuguesa, por esse facto merece uma manifestação positiva e de apreço desta Assembleia ~~Metropolitana do Porto~~ *municipal de Valongo*.

Maria da Assunção Andrade Esteves, que também foi a primeira juíza do Tribunal Constitucional, é licenciada em Direito e Mestre em Ciências Jurídico-políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Assunção Esteves, que é docente do ensino superior:

- em 1987, foi eleita deputada à Assembleia da República;
- entre 1989 e 1998, foi juíza do Tribunal Constitucional;
- em 2002, voltou ao Parlamento tendo assumido a presidência da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;

- em 2004, deixou as funções de deputada para assumir as de eurodeputada, que manteve até 2009;

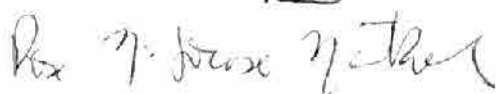
- tem publicações na sua área de formação e de leccionação.

Estamos a falar de uma mulher que, por mérito próprio e pelo seu trabalho, foi eleita para tão altas funções do Estado e que honra, com o seu percurso de vida, o lugar. Uma mulher que, de forma humilde e num tom quase poético, no discurso após a sua eleição, disse: "Presidir ao Parlamento constitui a maior honra da minha vida, porque o Parlamento é a liberdade que se faz instituição ... porque o Parlamento se constrói sobre o discurso dos direitos e da sua força legitimadora, evidenciada pelo voto universal, livre e igual ... que orgulho Senhores Deputados e que responsabilidade é estarmos aqui ... fomos chamados à função sagrada da representação ...".

Pelo significado que esta eleição tem para a jovem democracia portuguesa, o Grupo ~~metropolitano~~^{municipal} propõe a aprovação de um voto de congratulação

Porto, 30 de Junho de 2011

Pelo Grupo ~~metropolitano~~^{municipal}



(Rosa Maria de Sousa Martins Rocha)



(Grupo Municipal do PSD)

DECLARAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD SOBRE AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DO
PASSADO DIA 5 DE JUNHO

No passado dia 5 de Junho, realizaram-se eleições para a Assembleia da República. O povo português, de forma inequívoca, manifestou a sua vontade de mudança do modelo de governação dos últimos seis anos e depositou o futuro de Portugal nas mãos dos dois partidos que corporizam o Centro/Direita português. Os tempos que se avizinham não vão ser fáceis, os desafios que se colocam à coligação PSD – CDS/PP são grandes, as medidas necessárias para colocar em ordem as contas públicas e para Portugal cumprir os compromissos assumidos pelo Governo PS, no âmbito da Troika, vão exigir medidas duras, muita ponderação, bom senso e, sobretudo, controle da despesa pública. Mas o novo Governo vai estar à altura dos novos desafios.

O PSD, juntamente com o CDS/PP, sem esquecer o estado social, vai saber tomar as medidas necessárias para fazer crescer a economia, aumentando a sua produtividade e competitividade, promovendo a sua internacionalização, e, por essa via, reduzir o desemprego e aumentar o nível de rendimento e de bem-estar dos portugueses.

O Governo, estamos certos, vai estimular a inovação e o empreendedorismo, melhorar a eficiência do sistema de Justiça, do sistema de ensino, do sistema de saúde e da Administração Pública, condições indispensáveis para que Portugal readquira o respeito que um país que deu mundo ao mundo merece.

Portugal nas horas de “apertos”, soube, sempre, unir esforços e dar a volta aos problemas. Na nossa história recente também assim aconteceu e sempre com a ajuda do PSD. Esperamos, por isso, que todos, partidos e parceiros sociais, melhor todos os portugueses se unam em volta do esforço/interesse nacional e apoiem, ou pelo menos não obstaculizem, o actual Governo na adopção das medidas que se impõem.

Esperamos que as medidas a adoptar consigam conduzir Portugal a uma situação de estabilidade económica e social duradoura para bem de todos e, sobretudo, para que os jovens de hoje, ditos "à rasca", se transformem numa geração feliz e de sucesso.

Para terminar, neste começo de mandato e para o bem de Portugal, os Deputados Municipais desejam os maiores sucessos ao novo Governo e à nova Assembleia da República.

Pelo Grupo Municipal do PSD



(Rosa Maria de Sousa Martins Rocha)

Proposta

O Grupo Municipal do PSD propõe a criação de uma comissão informal, isto é, não remunerada, formada por elementos de todas as forças partidárias que compõem esta Assembleia, bem como ^{de} ~~dos~~ movimentos independentes, ^{existente do giunta do tempo} tendo como função acompanhar o procedimento relativo à "Autorização do Empreendimento do Alto do Castelo (N.º Ferreir) - Aproveitamento Hidroeléctrico".

Ilho Grupo Municipal do PSD
 Por 3.ª José Zethel

Valença, 27 de Junho de 2011

A Assembleia Municipal de Valongo,

Reunida a 27 de Junho de 2011, na qualidade de representante máximo das populações de Valongo, e como tal defensora dos seus legítimos direitos e interesses, no âmbito de consulta pública relativa ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental do "empreendimento do Alto do Castelo (Rio Ferreira)", deliberou por ~~unanimidade~~ manifestar o seu completo desacordo com o investimento programado:

As razões que sustentam o nosso desacordo, entre outras são as seguintes:

→ Falta de garantia da salvaguarda da componente Ambiental conluída da envolvente do futuro empreendimento, referimo-nos a Rede Natura Valongo, Reserva Ecológica Nacional e Área de Paisagem Protegida local - Serra Santa Justa e Rios

→ Os impactos visuais do projecto estão mitigados mas não enumerados

→ Não se prevê maior utilidade relevante para as populações decorrente do aparecimento das máquinas, a não ser para interesse de actvidade

→ Face ao caudal do Rio, no Verão, ~~temos~~ ^{estamos em} ~~seus~~ ^{seus} ~~rios~~ ^{rios} ~~que não~~ ^{que não} conseguirá manter o caudal ecológico.

→ Não combinas os fundamentos do anterior parecer desfavorável ao projecto em 2009.

→ Este tipo de investimento não é compatível com a aposta estratégica do município para aquela zona, onde se tem investido na vertente da qualidade de habitat.

Por fim, e mais relevante, é a ausência clara de informações técnicas que possa proporcionar um estudo relevante e respectiva reflexão.

Valença, 27 de Junho 2011